

IAOD do Deputado Lee Koi Ian em 18.12.2025**Reforçar a função de Macau nas ligações internas e externas, contribuindo para o desenvolvimento da diversificação adequada e de alta qualidade da economia**

Macau encontra-se numa fase crucial de diversificação adequada da economia, e a “luta pela economia” já atingiu consenso social. No Relatório das LAG para 2026, refere-se claramente a “intensificação e optimização dos trabalhos de captação de investimentos e impulso colaborativo aos trabalhos de captação de investimento e de quadros qualificados”, e salienta-se que se vai procurar a participação de mais empresas centrais e estatais no desenvolvimento diversificado de Macau. Esta implementação constitui a chave para o desenvolvimento, e a vantagem específica de Macau se “ligar internamente com o Interior da China e externamente com a comunidade internacional” serve como via central para esta implementação e para expandir o seu âmbito.

No que respeita às “ligações internas”, os quatro grandes projectos necessitam urgentemente de recursos de alta qualidade, e o aprofundamento do novo modelo de ligação entre a indústria de Hengqin e Macau pode aproveitar os recursos de alta qualidade do Interior da China, como as empresas centrais e estatais, para alcançar um desenvolvimento sinérgico. Com base nas vantagens políticas da “gestão separada” da Zona de Cooperação em Hengqin, pode-se orientar eficazmente a importação de recursos de qualidade do Interior da China através de Macau e de Hengqin para Macau, consolidando a base do desenvolvimento diversificado. No que respeita às “ligações externas”, Macau possui vantagens específicas como plataforma, por ser um “interlocutor com precisão” entre o Interior da China e os Países de Língua Portuguesa (PLP). No relatório das LAG refere-se o “acompanhamento de perto da internacionalização das empresas do Interior da China, apoiando a sua expansão para os países lusófonos e outros mercados internacionais”, e Macau deve reforçar o seu papel de ponte e promover uma ligação eficiente entre os mercados interno e externo.

Mas, neste momento, a conexão interna e externa ainda está por aperfeiçoar em três aspectos: 1) Há que aperfeiçoar a articulação dos regimes no âmbito da conexão interna, pois a articulação das regras entre Macau e o Interior da China e a circulação dos elementos ainda não são suficientes. 2) Há ainda espaço para melhorar a capacidade de conexão externa e é necessário optimizar a estrutura da diversificação da economia de Macau, pois só assim se pode desenvolver melhor o papel de ponte e elo entre a China e os Países de Língua Portuguesa. 3) Importa aprofundar a sinergia entre a conexão interna e externa. Hengqin funciona como um trampolim para o Interior da China aceder, através de Macau, aos recursos internacionais, pelo que se deve desenvolver vias de ligação entre Macau e o mercado do Interior da China, através de Hengqin, formando assim uma estrutura de sinergia entre a “conexão interna com o Interior da China e a conexão externa com o exterior”.

A conexão interna e externa é o caminho nuclear para a integração de Macau na conjuntura do desenvolvimento nacional e o desenvolvimento das vantagens do princípio “Um País, Dois Sistemas”, sendo também um suporte crucial para o reforço do papel de plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países

de Língua Portuguesa e a promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau. Assim sendo, sugiro o seguinte:

Primeiro, é necessário criar um mecanismo padronizado de articulação de regras. No quadro da Zona de Cooperação, o Governo deve assumir a liderança na criação de uma “comissão permanente de articulação de regras”, constituída por especialistas em matéria de direito e fiscalização, para definir critérios e listas de reconhecimento mútuo em áreas como finanças, saúde, dados e qualificação profissional, promovendo a transição da “coexistência de diferenças” para a “convergência de critérios”. Ao mesmo tempo, há que optimizar as infra-estruturas e o sistema de serviços relacionados com a circulação transfronteiriça de mercadorias, capitais e quadros qualificados, entre outros elementos.

Segundo, actualizar as funções da plataforma entre a China e os PLP. Por um lado, há que focar nas necessidades reais das empresas, melhorar o ambiente dos serviços de assuntos comerciais, introduzir instituições profissionais dos PLP, como, de direito, assuntos fiscais, propriedade intelectual, etc., para montar uma “Base de Dados das Empresas da China e dos Países de Língua Portuguesa”; por outro lado, com base nos resultados alcançados na 6.^a Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau), deve dar-se prioridade ao desenvolvimento de novos cenários de cooperação, nomeadamente, a facilitação do comércio, a integração das indústrias culturais e turísticas e as finanças transfronteiriças, para as cidades da Grande Baía estabelecerem “postos de serviços externos” nos PLP, e construir uma rede de serviços externos “liderada por Macau e contando com as sinergias da Grande Baía, cujos efeitos possam ser alargados aos Países de Língua Portuguesa”.

Terceiro, atribuir “capacidade” para a interacção entre Macau e a Ilha de Hengqin. Há que apoiar a Ilha de Hengqin para acompanhar de perto o grande mercado do Interior da China, disponibilizando espaço e sustentação para a diversificação industrial de Macau, e promovendo a integração profunda dos recursos financeiros, técnicos e humanos de Macau com a cadeia industrial e a de fornecimento do Interior da China, tudo para concretizar a ideia de “satisfazer as necessidades de Macau e aproveitar as potencialidades do Interior da China”. Por outro lado, deve-se incentivar a Ilha de Hengqin a aproveitar a rede internacional de comércio de Macau e as vantagens de Macau, enquanto plataforma entre a China e os PLP, para atrair capital internacional, tecnologia e talentos, criando uma janela importante para as empresas do Interior da China se “expandirem para o exterior”, e aproveitar Macau como “ponto da linha da frente” para as empresas dos PLP e internacionais entrarem no mercado do Interior da China, demonstrando plenamente o valor estratégico de “atender às necessidades do País e aproveitar as vantagens de Macau”.